

Exportações sob risco

O Brasil pode começar a partir de 1987, a pagar um preço caro pela adoção de posições duras na negociação da dívida externa. As ameaças de suspensão temporária do pagamento dos juros, conforme pregam setores mais progressistas do PMDB, podem ter reflexos no comportamento das exportações. Para resistir às ameaças, os credores tenderiam, em contrapartida, a reduzir os créditos comerciais destinados ao financiamento das exportações. Sem receber o pagamento dos juros, não compensaria a eles continuar financiando o devedor.

Essa expectativa pessimista está sendo alimentada pelos economistas do Ministério da Fazenda, temerosos quanto à possibilidade de retaliações comerciais por parte dos credores a qualquer medida de força, na área externa, que o Governo Sarney venha a tomar sob pressão do PMDB. Os créditos comerciais e interbancários, responsáveis pela manutenção do fluxo normal de recursos externos, somam cerca de 15 bilhões de dólares.

Não existe unanimidade, no Ministério da Fazenda, sobre a posição de resistência mantida pelo Governo frente ao Fundo Monetário Internacional, ao Clube de Paris e aos credores particulares. Principalmente na assessoria internacional começam a ser esboçadas

críticas sobre a pretensão brasileira de tentar isolarse das regras que fixam a interdependência do relacionamento entre os países do bloco ocidental. Citam os economistas da área internacional que países como a Argentina, o México, Colômbia e Uruguai estão pagando menos pelo serviço (juros) de suas dívidas externas ao mesmo tempo em que negociam com o FMI e conduzem o processo democrático interno.

Sem o aval do FMI, que se reúne amanhã para analisar o relatório sobre o Plano Cruzado que técnicos da instituição elaboraram nos meses de agosto e setembro, as perspectivas da economia brasileira para o próximo ano são pessimistas. O País está com as reservas cambiais em baixa, as exportações continuam insuficientes e a ausência do aval do Fundo coloca em risco a negociação da dívida e o fluxo normal de recursos externos através dos créditos comerciais e depósitos interbancários.

A posição de intransigência do Governo diante do FMI, na opinião dos economistas da área internacional, tende a levar a economia para um perigoso fechamento que poderá, paralelamente, estimular sanções comerciais contra o Brasil, particularmente por parte dos EUA, responsável pela absorção de 40 por cento das exportações brasileiras.